

Penduricalhos do Ministério Público custam R\$ 1,3 bilhão

Levantamento da Folha aponta que 26% dos rendimentos são indenizações

Valor foi pago aos procuradores e promotores no ano passado; especialistas defendem corte

GUILHERME GARCIA e LEONARDO DIEGUES - DE SÃO PAULO e WILLIAM CASTANHO - EDITOR-ADJUNTO DE MERCADO

No sistema de Justiça do Brasil, não são apenas os juizes que recebem os chamados penduricalhos, indenizações extras à remuneração, como auxílios-moradia, alimentação, transporte, pré-escola e funeral, entre outros.

Promotores e procuradores também são beneficiados com esses adicionais. Os penduricalhos para membros do Ministério Público custaram R\$ 1,3 bilhão aos cofres públicos do país em 2017.

Para efeito de comparação, a soma dessas indenizações cobriria com sobra o valor que o governo federal destinou à intervenção na segurança pública no Rio de Janeiro, fixado em R\$ 1 bilhão.

Segundo levantamento feito pela Folha nos Portais da Transparência, mais de 13 mil promotores e procuradores de 24 estados, do Distrito Federal e dos Ministérios Públicos Federal, do Trabalho e Militar receberam um total de R\$ 5 bilhões líquidos — 26% em penduricalhos, entre eles o auxílio-moradia.

Na prática, significa que, para cada R\$ 5 ganhos, R\$ 1 é penduricalho. O total é equivalente aos Orçamentos somados de Aracaju (SE) e Florianópolis (SC), que, juntas, têm mais de 1,1 milhão de habitantes.

Os valores podem ser ainda maiores. Para padronização dos dados, o cálculo da Folha é

conservador e não considerou adicionais como abonos. Não foram localizados dados de dois estados (veja quadro nesta página).

Entidades de classe e a PGR (Procuradoria-Geral da República) defendem a legalidade das indenizações. Para especialistas em contas públicas, porém, é um dinheiro drenado do Orçamento público por razões nem sempre justificáveis.

Os adicionais são isentos de impostos e podem ser pagos mesmo que extrapolem o teto do funcionalismo, limitado a R\$ 33,7 mil — o subsídio dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal).

"É uma forma que se encontrou para burlar o teto", diz Gustavo Fernandes, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV-SP), o que, por si só, já tem consequências nas contas públicas.

Além dos efeitos no Orçamento, Fernandes destaca que, em





economia, o valor de um salário deve estar associado a resultados. "Esses penduricalhos não têm nada a ver com produtividade. Não é à toa que temos um sistema de Justiça caro e pouco eficiente. São anos para um processo ser julgado. E há um custo Brasil nisso", afirma Fernandes.

PRODUTIVIDADE

Segundo o pesquisador, a produtividade desse sistema de Justiça compromete a capacidade de arrecadação futura, afeta o crescimento do país e contribui para a concentração de renda.

"Os números nos mostram que os membros das carreiras jurídicas estão entre o 10% mais rico do país, o que é dramaticamente imoral, considerando que essa riqueza está sendo custeada com recursos públicos", diz Luciana Zaffalon, advogada e também pesquisadora da FGV-SP.

Zaffalon realizou um extenso levantamento sobre vantagens, abonos, outras indenizações e adicionais à remuneração do Ministério Público paulista.

O trabalho foi destacado como a melhor tese de doutorado da FGV-SP em 2017. Na semana passada, ela apresentou os resultados da pesquisa em centros acadêmicos da Europa, como a London School of Economics.

Sandro Cabral, professor do Insper, lembra que o salário mínimo no Brasil é de R\$ 954 e apenas um dos benefícios, o auxílio-moradia, custa R\$ 4.300, que vem sendo ostensivamente defendido pelo sistema de Justiça.

FORA DA PAUTA

Na quarta (21), o ministro Luiz Fux tirou da pauta do STF ações sobre auxílio-moradia para o

Ministério Público e o Poder Judiciário. Elas seriam julgadas na quinta (22) e foram levadas para uma câmara de conciliação, ligada à AGU (Advocacia-Geral da União).

"Isso [a retirada da pauta] é casuísmo. Vai na contramão dos anseios da sociedade. Isso é ruim para a democracia", afirma Cabral.

Para o pesquisador, essas verbas são retiradas de outras áreas. "[Os penduricalhos] São recursos pagos com impostos da população, que poderiam ser aplicados em infraestrutura, em educação."

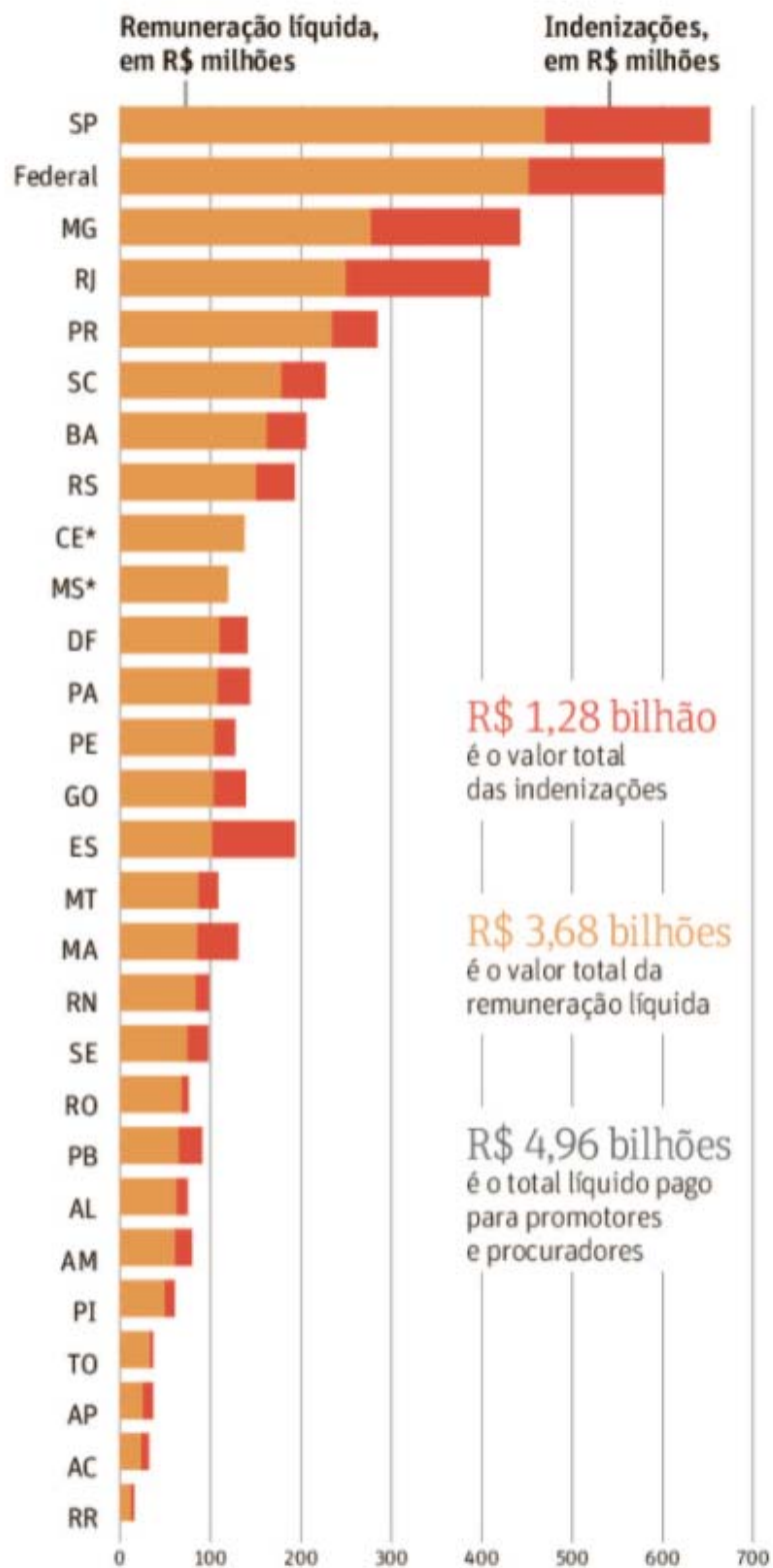
O professor do Insper critica o que chama de castas. "É algo deplorável. Estamos num país muito desigual. A gente tem uma elite que é predadora de recursos do Estado. Precisamos de um governo que encare essa agenda, enfrente essas corporações e mostre para a sociedade o custo disso", diz Cabral.





PAGAMENTOS POR MINISTÉRIO PÚBLICO

Total pago em remuneração líquida e indenizações em 2017



R\$ 1,28 bilhão
é o valor total
das indenizações

R\$ 3,68 bilhões
é o valor total da
remuneração líquida

R\$ 4,96 bilhões
é o total líquido pago
para promotores
e procuradores

*Dados sobre indenizações não disponíveis

Fontes: Portais da Transparência dos Ministérios Públicos, CNMP e STF

Mistério: 2019 e seus perigos sumiram do radar

ROLF KUNTZ

Cadê 2019? De repente o próximo ano desapareceu do radar. A economia funciona como se a política pouco importasse, o Judiciário fosse um imponente farol, nenhuma reforma fosse urgente e a herança destinada ao novo presidente fosse, no mínimo, aceitável. A assombração da dívida pública parece ter sido esquecida ou exorcizada, assim como o risco de rompimento da regra de ouro das finanças oficiais – a proibição de tomar empréstimos para cobrir conta de luz, folha de pessoal e outras despesas correntes. A dúvida, no mercado, é se o País terá fôlego para crescer 3% em 2018 ou se os brasileiros terão de se contentar com pouco menos.

Não há sinal de euforia, até porque o Brasil ainda convalesce da recessão, mas as projeções apontam expansão econômica na faixa de 2,5% a 3% neste ano e pouco mais em 2019 e 2020, com inflação perto da meta ou mesmo abaixo. E a pauta de ajustes e reformas? Deus proverá, assumindo tarefa mais ampla que a mencionada por Jesus no Sermão da Montanha? Uma separação entre economia e política foi apontada por alguns analistas no ano passado. O comentário pareceu exagerado, na ocasião, e talvez fosse mesmo.

Durante algum tempo economistas do setor financeiro explicitaram, como pressuposto de

suas projeções, o avanço na arrumação das contas públicas e na implementação de reformas. Mas a pauta emperrou, afinal, e nada notável ocorreu no mercado. Nem sequer o rebaixamento da nota brasileira pela Fitch, uma das mais importantes agências de classificação de risco, gerou sobressalto visível. Estava tudo previsto, disseram as fontes mais consultadas.

Mais que isso: já se absorveu, disse um banqueiro, o abandono da reforma da Previdência até o fim deste ano. Tudo bem, mas haverá alguma preocupação com 2019? O presidente eleito cuidará do assunto inevitavelmente? Tanto no setor financeiro quanto no industrial a incerteza política parece ter produzido pouco ou nenhum efeito nos últimos meses. A insegurança pode limitar o investimento em bens de produção, é verdade, mas, apesar de tudo, as compras de máquinas e equipamentos têm crescido. Além disso, levantamentos periódicos apontam maior disposição de investir e maior certeza quanto à realização dos planos.

"A recuperação da produção e do investimento refletiu, entre outros fatores, a melhora acentuada nos indicadores de confiança", segundo a Carta de Conjuntura publicada nesta semana pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). No caso da indústria, assinalam os autores do informe, o

indicador superou em fevereiro, pela primeira vez desde setembro de 2013, a linha de 100 pontos. Índices acima de 100 pontos denotam otimismo. Tudo se passa, enfim, como se o andamento da produção, do consumo e até do investimento fosse basicamente autoalimentado.

A vida prossegue como se pouco importasse a correção dos enormes problemas das contas públicas, ou, enfim, como se tivesse escassa relevância o nome escolhido para ocupar o Palácio do Planalto a partir de 1.º de janeiro. Além disso, projetos importantes para a gestão do Orçamento neste ano estão emperrados. Outros têm sido desfigurados nas comissões, como o da reoneração da folha de pagamentos. Muitos bilhões previstos como reforço das finanças públicas podem ser perdidos. O bloqueio orçamentário de mais R\$ 2 bilhões, anunciado na quinta-feira pelo Ministério do Planejamento, foi uma reação a esse obstáculo político.

Com isso o total congelado no Orçamento chegou a R\$ 18,2 bilhões. A reoneração poderia proporcionar R\$ 8,9 bilhões. Outro projeto emperrado, o da privatização da Eletrobrás, poderia render R\$ 12,2 bilhões ao Tesouro. E daí? Daí, nada, pelo menos no dia a dia da produção, do consumo e até do investimento na capacidade produtiva das empresas. Como





ocorre desde o ano passado, a vida e os negócios continuam, sem grandes abalos, num ambiente quase alpino ou escandinavo. Mas o desempenho mais notável, nesse campeonato de tranquilidade e confiança, é o do Comitê de Política Monetária do Banco Central, o Copom.

Além de reduzir os juros básicos de 6,75% para 6,5% na quarta-feira, o comitê acenou com mais um possível corte na próxima reunião, marcada para maio. A inflação tem ficado abaixo das previsões e, além disso, o cenário externo continua favorável, sem sinal de aperto mais forte na política do Federal Reserve, o banco central americano. E o resto? Bom, a nota distribuída depois da reunião do Copom, às 6 da tarde de quarta-feira, ainda menciona a pauta de ajustes e reformas como muito importante. Se falhar, pode mexer nas expectativas e desequilibrar todo o quadro.

Mas a referência fica por aí, como se alguém tivesse incluído esse parágrafo, mais uma vez, apenas para cumprir tabela. Talvez tenha sido esse o caso. Se a história vai por aí, os eminentes ministros do

Supremo Tribunal Federal (STF) talvez estejam certos. Suspenderam na quinta-feira uma das sessões mais importantes do ano, deram salvo-conduto provisório ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e adiantaram o feriado da Semana Santa. O réu mais ilustre da Lava Jato poderá continuar tranquilo, pelo menos por alguns dias, se o Tribunal Regional Federal da 4.^a Região confirmar na segunda-feira, 26, sua condenação.

Quanto aos meritíssimos do STF, só voltarão a bater ponto três dias depois da Páscoa. Poderão, enfim, julgar o pedido de habeas corpus a favor de Lula, recusado por cinco a zero no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Se o concederem, darão diplomas de bobos aos cinco juízes. Afinal, esses ministros votaram com base na jurisprudência criada pelo STF. A bobagem terá consistido em levar a sério essa jurisprudência. Quem mandou acreditar? É arriscado dizer se o habeas corpus será concedido ou negado. Bem mais difícil é prever se uma decisão dessa natureza ainda afetará os mercados.

JORNALISTA

Partidos querem ampliar fundo público eleitoral

Financiamento. Articulação entre siglas da base e governo tenta aumentar a reserva destinada às campanhas, no valor de R\$ 1,7 bi; alternativa é usar recursos da reoneração

Adriana Fernandes
Julia Lindner / BRASÍLIA

Partidos da base aliada iniciaram uma nova articulação com o Palácio do Planalto para engordar o fundo eleitoral, que neste ano terá R\$ 1,7 bilhão em recursos públicos. A verba extra poderia sair do remanejamento do dinheiro destinado a programas dos ministérios. Outra alternativa sob análise seria usar parte do valor a ser arrecadado com a reoneração da folha de pagamento das empresas, em discussão na Câmara. O projeto tem enfrentado resistências na Casa, mas que poderiam ser neutralizadas em troca da verba para a eleição. A cúpula do MDB avalia que o aumento do fundo eleitoral é prioritário para lançar a candidatura do presidente Michel Temer a um novo mandato.

No ano passado, o líder do governo no Senado e presidente do partido, Romero Jucá (RR), apresentou projeto prevendo que o fundo poderia chegar a R\$ 3,4 bilhões. O total representaria cerca de metade do que foi gasto nas eleições de 2014. A medida, no

entanto, não passou na reforma eleitoral. Agora, o que se quer é conseguir, pelo menos, uma parte do R\$ 1,7 bilhão que deixou de ser aprovada, mas esse valor ainda não foi definido. Líderes aguardam o fim da janela partidária para fechar as contas.

Parlamentares têm até o dia 7 de abril para trocar de legenda sem perder o mandato. Para aumentar a reserva eleitoral, uma opção seria o governo abrir crédito suplementar com recursos do Orçamento. A medida dependeria de um aval de Temer e aprovação do Congresso. O obstáculo é o teto de gastos públicos, que limita as despesas da União. Na articulação para ampliar o fundo, partidos da base já miram em recursos que podem ser obtidos ainda neste ano, caso a reoneração da folha de pagamento passe pelo crivo da Câmara e do Senado. A proposta retira o benefício que isenta empresas de setores selecionados para recolher a contribuição previdenciária de 20% sobre a folha.

Se o texto alterado por deputados for aprovado até abril, a projeção é de entrada de R\$ 1,25 bilhão para os cofres públicos só neste ano. Depois de várias tentativas, o governo conseguiu na última semana aprovar a urgência da proposta, mas ainda enfrenta dificuldades para chegar a um consenso sobre os

setores afetados. A urgência permite que o assunto seja levado diretamente ao plenário da Câmara, sem a necessidade de passar por votações em comissões, dando velocidade ao processo.

Doação proibida. O fundo eleitoral foi aprovado em setembro do ano passado como forma de driblar a falta de recursos empresariais nas campanhas. Em 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu a doação de pessoas jurídicas a partir das eleições do ano seguinte. Com a criação do fundo eleitoral, legendas médias e pequenas que participaram da eleição de 2014 vão ter mais dinheiro neste ano do que seus diretórios conseguiram à época, quando a doação de empresas ainda era permitida. Essa vantagem vai atingir, por exemplo, o PRB – com a maior diferença: R\$ 56,8 milhões a mais em 2018 –, seguido de PDT (R\$ 53,9 milhões a mais) e PR (R\$ 36,2 milhões).

O PRB vem sendo cobiçado por vários partidos em razão dos recursos que receberá com o fundo, considerado um "dote eleitoral". Um dos que têm procurado a legenda é o empresário Flávio Rocha, da Guararapes Confecções (controladora da rede de lojas Riachuelo). Na sexta-feira, Rocha anunciou que vai deixar a diretoria do grupo para concorrer à





Presidência. Em busca de apoio, ele vai se reunir na próxima quarta-feira, em Brasília, com deputados federais do partido. A prioridade da sigla, porém, é eleger uma grande bancada no Congresso.

Uma alternativa para o empresário, que é pernambucano e foi deputado federal, seria se filiar e concorrer à vice-presidência formando chapa com outro candidato, como o senador Álvaro Dias (pré-candidato do Podemos), o deputado Jair Bolsonaro (filiação ao PSL) ou até o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM). Atualmente, o PRB conta com 24 parlamentares federais, dos quais dois senadores. Já o MDB terá queda no valor arrecadado – ficará com R\$ 234,3 milhões, ou 37,8% a menos do que em 2014.

Para dividir esse bolo, a Executiva do partido decidiu, em fevereiro, que deputados federais candidatos à reeleição podem contar

com R\$ 1,5 milhão e senadores, com R\$ 2 milhões. Com isso, o montante destinado à disputa presidencial do MDB fica restrito. Na cúpula do partido, há quem defenda, nos bastidores, a candidatura do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, sob o argumento de que ele poderia financiar a campanha com recursos do próprio bolso. O outro cenário seria ter Meirelles na chapa encabeçada por Temer.

Meirelles terá de definir até o próximo dia 7 se deixa a pasta e muda de partido, já que o PSD, do ministro Gilberto Kassab (Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), acena com a possibilidade de apoio ao pré-candidato tucano Geraldo Alckmin (SP). Clima. Presidente da Câmara e pré-candidato ao Planalto pelo DEM, Rodrigo Maia (RJ) afirmou não acreditar na aprovação de um aumento do fundo neste momento. "Política não é só recursos e não deve ser", disse ao Estadão/Broadcast.

Dirigentes do próprio DEM, no entanto, admitem que o atual fundo eleitoral limita a pretensão de crescimento do partido e não cobre o financiamento de todas as candidaturas.

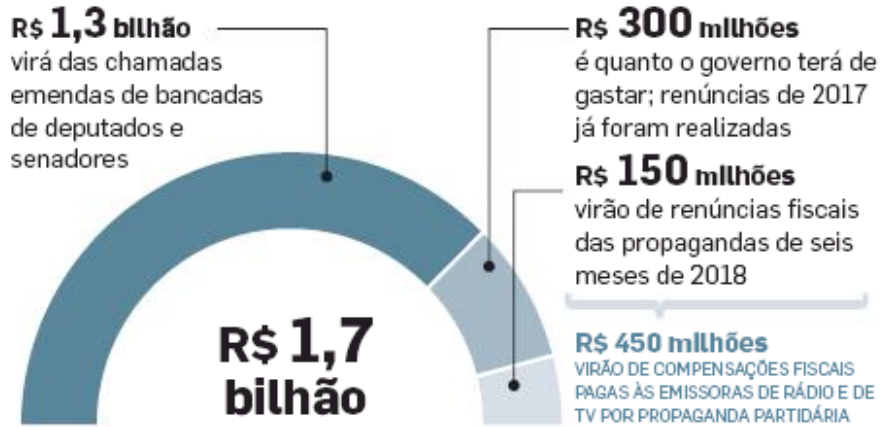
Defensor da volta do debate sobre o financiamento de empresas nas campanhas, o ministro do STF Gilmar Mendes aproveitou julgamento na última quarta-feira – quando foi aprovada proposta que obriga os partidos a identificar as doações de pessoas físicas – para criticar o atual modelo. "Estamos na pré-campanha, quem está financiando essa gente? Estamos querendo enganar quem? Vou dar os números: 730 mil doadores nas eleições de 2016, eleição municipal, modesta. Trezentos e cinquenta mil sem capacidade financeira. É o maior laranjal do mundo. Produzimos isso e assumimos a nossa responsabilidade. E esperem as eleições de 2018", afirmou Gilmar.





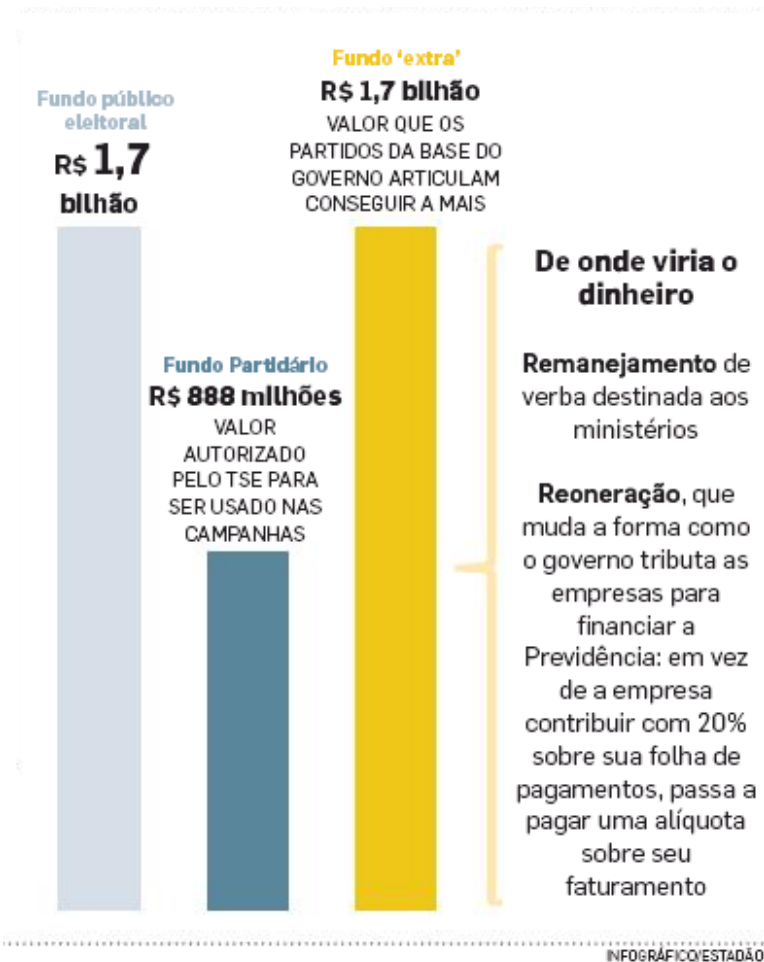
CAIXA DE CAMPANHA

A divisão do fundo público eleitoral



Como será dividido o fundo





PARA ENTENDER**Reoneração e orçamento**

A política de desoneração da folha de pagamentos das empresas começou em 2011 no governo da presidente cassada Dilma Rousseff (PT) com o objetivo de estimular a geração de empregos e melhorar a competitividade. O benefício se dá por meio da substituição da contribuição previdenciária de 20% sobre a folha de pagamento das empresas pela cobrança de um percentual sobre o faturamento. A alíquota varia de 1% e 4,5%, dependendo do setor.

Para pressionar o Congresso a aprovar o projeto que acaba com a política para alguns setores, o governo vem ten-

tando usar a necessidade de recursos para a intervenção no Rio de Janeiro como fator de pressão. Os parlamentares travaram não só a tramitação da reoneração, mas também de outros projetos que teriam impacto fiscal para o governo. Na última semana, a Câmara aprovou a urgência no projeto da reoneração, que ainda vem sendo negociado.

Sem conseguir a aprovação, o governo bloqueou na quinta-feira passada mais R\$ 2 bilhões no Orçamento deste ano. O congelamento de gastos foi necessário porque a área econômica esperava um incremento nas receitas e uma economia nas despesas com o fim da desoneração. A estratégia do governo é segurar gastos em caso de perda de receitas.

CONJUNTURA »

Investimento público mantém queda em 2018

Depois de encolher 29,5% em 2017 e contribuir para a menor taxa de formação de capital fixo em relação ao PIB da história, de 15,6%, desembolso do governo cai 10,5% no primeiro bimestre do ano, conforme dados preliminares da Contas Abertas

ROSANA HESSEL

Em um ano eleitoral, o Orçamento da União é mais apertado do que o habitual devido às pressões para mais gastos dos partidos da base aliada que estão de olho na reeleição. Mas, com as despesas obrigatórias crescendo em ritmo mais acelerado do que o das receitas, resta ao governo não dispensar os cortes nos investimentos, a gordura cada vez mais magra das contas públicas. Prova disso é que o ano de 2018 mal começou e os investimentos continuam em queda, apesar das previsões de crescimento da economia e da arrecadação, que saltou mais de 10% no primeiro bimestre.

Conforme levantamento preliminar da ONG Contas Abertas, o recuo dos investimentos públicos foi de 10,5% em janeiro e fevereiro deste ano na comparação com o mesmo período de 2017, passando de R\$ 2,89 bilhões para R\$ 2,59 bilhões, em valores correntes. O ministério das Cidades e o de

Transportes sofreram os maiores cortes no primeiro bimestre de 2018 na comparação com o mesmo período de 2017. Na pasta de Cidades, o tombo foi maior em valores e em percentual, de 76,8%, despencando de R\$ 248,5 milhões, no primeiro bimestre de 2016, para R\$ 57,5 milhões.

De acordo com a ONG, os programas “Mobilidade Urbana e Trânsito” e “Saneamento Básico” tiveram queda nos investimentos e, praticamente, em todas as ações. Os pagamentos dos investimentos efetuados, em 2017, pelo Ministério das Cidades somaram R\$ 5,7 bilhões nos programas Minha Casa Minha Vida, saneamento ambiental, infraestrutura e mobilidade urbana e habitação. A pasta informa que para 2018 estão previstos investimentos de R\$ 6,3 bilhões para esses segmentos.

Já o Ministério da Defesa ficou entre os órgãos que tiveram maiores aumentos no primeiro bimestre de 2018, conforme dados da Contas Abertas, passando de R\$ 283,2 milhões para R\$ 409,8 milhões, salto de 44,7% sobre o mesmo intervalo de 2017, na contramão do total geral. A maior parte dos gastos foi em Defesa Nacional, tendo o projeto Guarani, que desenvolve um veículo blindado 8x8, como o maior aumento entre os recursos no primeiro bimestre, de R\$ 132 milhões.

Em 2017, o tombo dos investimentos foi maior, de 29,5% em relação ao ano anterior, conforme dados do Tesouro Nacional, para R\$ 45,7 bilhões. O secretário-geral da Contas Abertas, Gil Castello Branco, lembra que esse montante foi o menor patamar registrado pelos investimentos públicos desde 2005. Ele destaca que essa aparente diminuição no ritmo de corte dos investimentos, contudo, não pode ser comemorada. Isso porque a falta de espaço no Orçamento é tamanha que o governo já ampliou de R\$ 16,2 bilhões para R\$ 18,2 bilhões o contingenciamento deste ano, medida necessária para cumprir a meta fiscal, que permite um rombo de até R\$ 159 bilhões nas contas do governo federal.

Por enquanto, a dotação para investimentos, em 2018, é de R\$ 54 bilhões, mas tudo indica que o governo cortará o máximo que puder nessa rubrica se houver frustrações de receita. Fontes da equipe econômica admitem que os dados da arrecadação de março não são nada animadores. Além disso, a reoneração da folha de pagamentos não avança no Congresso e o Planejamento retirou da previsão orçamentária a receita estimada com a proposta, que encolhe a cada adiamento. Passou de R\$ 12 bilhões, se tivesse entrado em vigor em janeiro, para R\$ 8,8 bilhões em março.





Situação crítica

Não à toa, a taxa de investimento em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) atingiu o menor nível da história em 2017, de 15,6%. “A iniciativa privada acompanha o governo. Se o setor público não investe, os empresários também põem o pé no freio, o que afeta a taxa global”, explica Castello Branco. Para ele, a situação crítica das contas públicas tende a piorar sem a reforma da Previdência e com a manutenção dos cortes das despesas discricionárias, onde estão os investimentos.

Se os investimentos continuarem em queda, a expansão da economia será comprometida, alertam os especialistas. Em 2017, segundo Castello Branco, encolheram não só no governo federal, mas também nas estaduais e nas administrações regionais. “E, neste ano, há pouco espaço para aumento dos investimentos”, avisa.

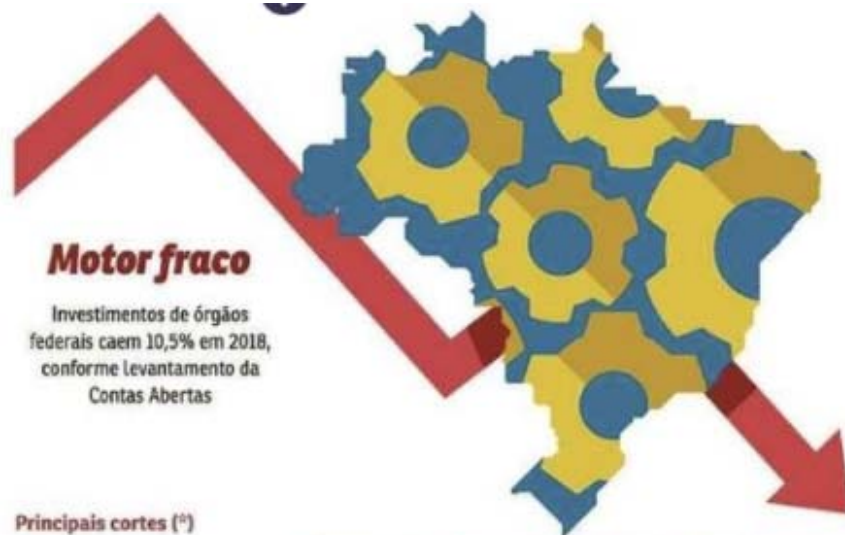
A economista-chefe da XP Investimentos, Zeina Latif, no entanto, considera que a falta de investimento público tem um lado positivo, que é obrigar o governo a aprender a fazer planejamento, algo que não faz historicamente. “Não é de todo ruim não ter dinheiro para investimento, porque ele força a

revisão das políticas públicas. Tem muitas que não funcionam, custam caro, atrapalham o crescimento do país e são injustas socialmente. Só acabando mesmo o dinheiro é que a gente vai avaliar tudo isso”, afirma, sugerindo melhor avaliação dos investimentos em projetos que são superfaturados, como é o caso das obras da transposição do São Francisco.

Restos a pagar

Dados do Tesouro Nacional mostram que boa parte dos investimentos públicos não são aplicados em novas obras, o que estimularia a economia, mas, sim, em restos a pagar (RAP) de contratos antigos. Em média, 43% do que foi gasto em 2017 foram RAP, mas há órgãos que tiveram percentuais maiores, próximos a 100%. É o caso do Superior Tribunal de Justiça, que informa que o montante empenhado passou de R\$ 20,8 milhões para R\$ 19,5 milhões entre 2016 e 2017, sendo que esses valores “majoritariamente se referem ao pagamento de despesas de anos pretéritos inscritas em restos a pagar”. No Ministério das Cidades, o volume pago de RAP, em 2017, foi de 40,2%.





Motor fraco

Investimentos de órgãos federais caem 10,5% em 2018, conforme levantamento da Contas Abertas

Principais cortes (*)

Órgão	Despesa em 2017	Despesa em 2018	Variação %	Variação R\$ milhões
Ministério das Cidades	248,5	57,5	-76,8	-191,0
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	1.103,7	999,6	-9,4	-104,1
Ministério da Integração Nacional	310,3	196,3	-36,7	-114,0
Ministério da Educação	364,2	306,9	-15,7	-57,3
Total Geral	2.893,7	2.590,3	-10,5	-303,4

* Dados de janeiro e fevereiro

Tesourada constante

Em 2017, a queda dos investimentos foi de 29%, de acordo com o Tesouro Nacional.

Maiores reduções (R\$ milhões correntes)

Órgão	Gasto em 2016	Gasto em 2017	Variação %	Variação R\$
Ministério de Minas e Energia	2.973,5	31,3	-98,9	-2.942,2
Presidência da República	2.852,2	362,4	-87,3	-2.489,8
Ministério da Saúde	5.181,4	2.978,2	-42,5	-2.203,2
Ministério da Educação	6.106,6	4.634,2	-24,1	-1.472,4
Ministério das Cidades	9.774,9	5.707,6	-41,6	-4.037,3
Ministério da Defesa	9.822,3	8.276,3	-15,7	-1.546,0
Total Geral	64.812,9	45.694,0	-29,5	-19.118,9





R\$ 54,7
bilhões

Valor da dotação prevista para investimentos do governo em 2018, incluindo créditos suplementares, que pode não se concretizar

Evolução dos investimentos do governo federal

Boa parte do valor investido pelo setor público refere-se a despesas antigas, ou seja, restos a pagar (RAP), e acaba tendo pouco impacto na economia

Valores Pagos*

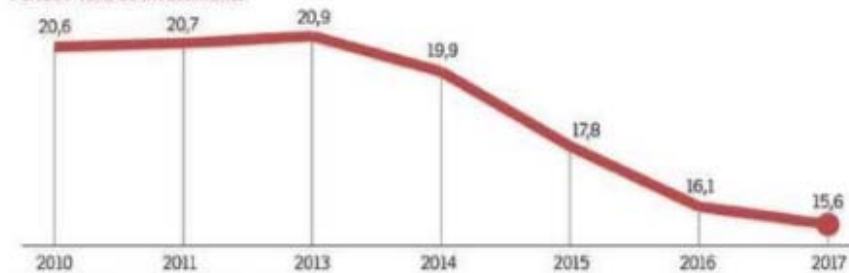
Período	R\$ milhões	% de RAP Pago
2010	46.410	51%
2011	45.571	59
2012	51.573	51
2013	64.063	59
2014	76.092	58
2015	64.318	66
2016	64.318	52
2017	46.119	43

* Dados atualizados até janeiro — valores correntes

Ladeira abaixo

A queda do gasto público foi um dos principais motivos da queda da taxa de investimento do país para o menor nível da história (em % do PIB)

Período Taxa de Investimento



Fontes: Contas Abertas, Tesouro Nacional e IBGE

TCU avalia impactos

A falta de acompanhamento e planejamento nos investimentos públicos está chamando a atenção do Tribunal de Contas da União (TCU). O órgão vai avaliar, por meio de auditoria, a efetividade, a adequação e a priorização de investimento das obras de mobilidade urbana espalhadas pelo país e financiadas com recursos federais. Em 2015, o órgão constatou que as metas e indicadores utilizados pelo governo federal não eram capazes de avaliar e medir o progresso e o alcance dos objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana, que é definida em lei.

A nova fiscalização, a ser realizada sob a relatoria do ministro Vital do Rêgo, tem como objetivo atualizar as informações e verificar o impacto dos principais investimentos destinados à área de mobilidade, levando-se também em conta a realização dos eventos esportivos de grande porte ocorridos no Brasil — Copa do Mundo, em 2014, e Olimpíada do Rio de Janeiro, em 2016.

“Os investimentos têm caído bastante e esse monitoramento permitirá avaliarmos melhor a aplicação dos recursos no país”, destaca Vital do Rêgo Filho, citando como exemplo o relatório que coordenou sobre a aplicação dos recursos em segurança pública no Rio Grande do Norte, que revelou não haver integração das informações e muito menos fiscalização da aplicação dos recursos.

Na avaliação do ministro, a falta de recursos públicos, associada à crise orçamentária, tem feito com que a deficiência na área de mobilidade urbana seja crescente. “Há uma percepção de que os investimentos realizados na área não têm conseguido superar os problemas encontrados”, afirma, lembrando que o tribunal, na última auditoria, constatou que os objetivos e diretrizes definidos nessa política não estavam sendo devidamente considerados como critérios de seleção das propostas de

intervenção em mobilidade apresentadas ao governo federal por estados e municípios.

“O TCU observou que o esforço cooperativo entre as esferas de governo é insuficiente para priorização do transporte não motorizado e do transporte público, em detrimento dos transportes individuais, e apontou dificuldade dos entes federados de cooperarem entre si na coordenação e alinhamento de esforços para implementação da política pública de mobilidade urbana”, completa o ministro que é relator de processos que investigam irregularidades nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento, como é o caso do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), da Petrobras. Em 2007, a previsão inicial do empreendimento era de R\$ 8,2 bilhões, e, até o momento, o “custo afundado” já chega a R\$ 26 bilhões e ainda se discute a necessidade de enterrar outros R\$ 12 bilhões para a conclusão da obra. (RH)